

Edital de Licitação

Tomada de Preço nº 09/2015

Processo Licitatório nº 60/2015

Contratação de empresa especializada para execução de obra em regime de empreitada global (materiais e mão de obra), para melhorias da infra-estrutura do cemitério municipal.

O **Município de Santa Cecília do Sul**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que, **às 14h00min, do dia 22 de junho de 2015**, junto à sede administrativa do Município, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitações, onde serão recebidos e abertos os documentos e propostas para contratação de empresa para melhorias na infra-estrutura do cemitério municipal, por empreitada global, conforme as especificações que seguem:

1. Do Objeto

Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa para o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária à implantação de melhorias na infra-estrutura do cemitério municipal.

1.1 Os serviços a serem executados deverão obedecer às especificações contidas no Memorial Descritivo (Anexo I) e especificações técnicas deste Edital.

1.2 É de responsabilidade da licitante vencedora efetuar a matrícula da obra junto ao INSS e apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente à execução da mesma.

2. Dos Critérios de Participação e Habilitação

2.1. Não poderão participar desta licitação:

2.1.1. Empresas sob processo de falência ou concordata;

2.1.2. Empresas reunidas sob a forma de consórcio ou quaisquer outras modalidades de associação;

2.1.3. Empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam suspensas de participar de licitações e/ou impedidas de contratar com a Administração, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não tendo sido ainda reabilitadas.

2.1.4. Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, sejam membros, empregados ou ocupantes de cargo comissionado do Município de Santa Cecília do Sul;

2.1.5. Empresa que seja autora do projeto de Engenharia;

2.1.6. Empresa da qual o autor do projeto de Engenharia seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco

por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.2 - Da Habilitação

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo, e que estejam devidamente cadastradas no município até o **dia 17 de junho de 2015**, devendo, para tanto, apresentar os seguintes documentos:

2.2.1 - Não emprego de Menores

a) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei Federal nº 8666/93 (anexo Modelo V);

2.2.2 - Habilitação Jurídica

a) Cédula de identidade dos diretores/sócios;
b) Registro comercial no caso de empresa individual;
c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações ou entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos, acompanhamento de documento de eleições de seus administradores;

2.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

2.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

2.2.3.2. Prova de inscrição através do Documento de Identificação da Receita Estadual (**DI/RE**) ou Municipal (**Alvará**), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.3.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (a certidão de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional).

2.2.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

2.2.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**;

2.2.3.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

2.2.3.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

2.2.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da redação dada pela lei 12.440, de 7.7.2011, a CLT e a Lei 8666/93 (**CNDT**).

Obs. 1: as certidões negativas de que trata os itens 2.2.3.3 e 2.2.3.6 poderão ser apresentadas unificadas, nos termos da Portaria 358, de 05/09/2014 (RFB);

Obs. 2: as certidões negativas deverão ser do domicílio ou da sede da licitante.

2.2.4 - Qualificação Econômica - Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com a indicação do número do livro diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos.

a1) No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida a apresentação do balancete do mês imediatamente anterior ao da realização da licitação, sendo vedada tal faculdade para situações que não se encontrem nesta condição.

a2) Sociedades anônimas deverão apresentar cópia autenticada ou original do Diário Oficial em que foi publicado o último balanço.

a3) Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, deverão apresentar declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, de acordo com o disposto no art. 25 da LC 123/2006, referente ao exercício de 2014;

a4) A análise da “boa situação financeira” da empresa licitante far-se-á com base nos indicadores adiante relacionados, **assinados pelo contabilista responsável e pelo titular ou representante legal da empresa**, para conferência e aprovação do setor de contabilidade do Município:

Liquidez Geral:
$$\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = (\text{índice mínimo aceitável } 1,00)$$

Grau de endividamento:
$$\frac{PC + PELP}{AT} = (\text{índice máximo aceitável de } 0,51)$$

Liquidez Corrente:
$$\frac{AC}{CA} = (\text{índice mínimo aceitável de } 1,00)$$

PC

Gerência de Capitais de Terceiros: $\frac{PL}{PC + PELP}$ = (índice mínimo aceitável de 1,00)

Líquides Instantânea: $\frac{AD}{PC}$ = (índice mínimo aceitável de 0,05)

AC= Ativo Circulante; **AD=** Ativo Disponível **ARLP=** Ativo Realizável à Longo Prazo; **AP=** Ativo Permanente; **AT** = Ativo Total; **PC=** Passivo Circulante; **PELP** = Passivo Exigível à Longo Prazo; **PL=** Patrimônio Líquido.

a5) As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da LC 123/2006, desde que apresentem declaração, firmada pelo contador responsável e pelo representante legal, de que se enquadrem nestes limites.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida no domicílio desta, **após o dia 01 de janeiro de 2015. Serão aceitas certidões negativas expedidas com data anterior, desde que contenham prazo de validade e as mesmas estejam em vigor.**

2.2.5 - Qualificação Técnica

a) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.

b) Certidão de registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

c) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data limite para o cadastramento, profissional de nível superior com habilitação para assumir a responsabilidade técnica da obra objeto da presente licitação, devendo este ser o responsável técnico pela execução da obra, o que poderá ser comprovado com a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Ficha de Registro de Empregado e Carteira de Trabalho;

II - Contrato de Trabalho;

III - Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita através do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

c.1) Se o licitante for Cooperativa, a prova da situação exigida nesta alínea será feita mediante a apresentação da Ata de Assembléia que o indicou como responsável técnico, na especialidade exigida neste edital, devendo a profissão deste membro associado estar contemplada nos objetivos da Cooperativa e, caso empregado, mediante cópia da CTPS.

2.3 - Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por Tabelião ou por servidor do Município, ou por publicação em um órgão da imprensa oficial, ficando dispensados somente os documentos originais emitidos pelo sistema de Internet.

2.4 - Não havendo expediente na data marcada, a entrega dos referidos envelopes dar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no horário ora estabelecido à hora já estabelecida.

3. Do Recebimento dos Documentos e Propostas

As propostas serão recebidas pela comissão de licitação no dia, hora e local mencionado no preâmbulo, em uma via datilografada, assinada em sua última folha, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira a seguinte inscrição:

Município de Santa Cecília do Sul
Tomada de Preço nº 09/2015
Envelope Nº 01 - Documentação
Proponente: (Nome Completo Da Empresa)

Município de Santa Cecília do Sul
Tomada de Preço nº 09/2015
Envelope Nº 02 - Proposta
Proponente: (Nome Completo Da Empresa)

3.1. O envelope nº 1 deverá conter:

a) Certificado de registro Cadastral fornecido pelo Município, e específico para o presente processo licitatório, o qual comprovará o atendimento das disposições do item 2.1 do presente edital, inclusive os documentos de regularidade fiscal que tenham vencido entre a expedição do Certificado de Registro Cadastral e o recebimento das propostas;

b) Se o proponente for representado por procurador, deverá acompanhar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação incluídos dentre os poderes os seguintes: receber notificação, intimação e assinar contrato, obrigando o licitante a todos os termos do presente edital e proposta, inclusive acordar, discordar, receber citação, transigir, renunciar.

c) Atestado de vistoria assinado pelo responsável técnico indicado pelo Município de Santa Cecília do Sul e pelo responsável técnico da empresa licitante, sendo que as visitas ao local das obras deverão ser realizadas nos dias **15 de junho de 2015, durante todo o dia, e nos dias 16 e 17 de junho de 2015, somente na parte da manhã**, na Prefeitura Municipal, mediante agendamento prévio pelo telefone 54 3616-4070. **(Anexo XII)**;

c1) O responsável técnico da licitante, **na data da visita**, deverá apresentar Identidade Profissional, juntamente com comprovante de registro de pessoa jurídica junto ao CREA/CAU, e documento que demonstre sua vinculação com a empresa.

d) Se o proponente se enquadrar como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, deverá apresentar declaração firmada pelo responsável técnico (Contabilista), ou outro documento idôneo que comprove tal situação, para fins de usufruir os benefícios previstos na LC nº 123/2006, sob pena de, caso ocorra omissão de tais documentos, caracterizar-se esta situação como renúncia aos benefícios antes referidos. **(Modelo Anexo III)**.

e) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública; conforme modelo **Anexo XIII**.

f) Declaração de Responsabilidade Técnica, contendo nome, endereço, CPF e CREA/CAU do(s) profissional(is) responsável(eis) pelos serviços, devidamente assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo do **Anexo XIV**.

g) Facultativamente, Declaração de Desistência de Prazo Recursal, se considerada habilitada, em caso de não encontrar-se presente por ocasião da abertura dos envelopes; conforme modelo do Anexo IV;

3.2. O envelope nº 2 deverá conter:

a) Proposta discriminada dos materiais e serviços a serem fornecidos, com preços unitários e totais da proponente, devendo estar incluído nos valores todos os encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhista, ou qualquer outro custo agregado para a realização do objeto desta licitação.

a.1) A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data aprazada para recebimento das propostas.

3.2.1 A apresentação de proposta pressupõe a aceitação do proponente de que a tradição da obra somente ocorrerá após a expedição do termo de aceitação.

3.2.2 As planilhas do orçamento discriminado da obra deverão ser assinadas pelo representante legal da proponente e por profissional devidamente habilitado perante o CREA/CAU, devendo constar menção explícita do título do profissional que a subscrever e do número de seu registro no CREA/CAU.

3.2.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. Do Julgamento

4.1. O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora levando em consideração o **menor preço global**.

4.2. Esta licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e alterações, bem como das disposições constantes da LC 123/2006.

4.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto na LC 123 e no parágrafo segundo, do art. 3º da Lei Federal 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

4.4. Será considerado o menor preço tomando-se por base àquele vigente na data da abertura das propostas.

4.5. As notificações de decisões se darão mediante publicação no mural oficial, localizado no átrio da Prefeitura.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor superior ao preço orçado, ou seja, R\$ 197.606,83 (Cento e Noventa e Sete Mil, Seiscentos e Seis Reais e Oitenta e Três Centavos).

5. Das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o

proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei de Licitações 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.4. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á no reconhecimento de empate, conforme § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123.

5.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma constante neste item 5.4, poderá apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, se assim o fizer.

5.4.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 5.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação da Comissão Permanente de Licitações, sob pena de preclusão.

5.4.5. A Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar, a qualquer momento, documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores conferidas pela Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.4.7. O disposto nos itens **5.4.1** e **5.4.6** deste edital, somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra no intervalo estabelecido no item **5.4**.

6. Do Procedimento

6.1. Depois de declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas, já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

6.2. Abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação e de propostas, estes serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes presentes.

6.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os proponentes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, ou não tenham atendido satisfatoriamente as condições deste Edital. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento.

6.4. Não será aceito qualquer documento por via fac-símile, nem cópia realizada com papel próprio para fac-símile, ainda que autenticado.

6.5. Aberto o envelope nº 01 na data prevista para recebimento das propostas, e constatada a regularidade dos proponentes, a Comissão processará a abertura dos envelopes nº 02, sempre em sessão pública, previamente designada, que poderá realizar-se logo após a esta, se todas as proponentes habilitadas ou não, renunciarem a faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante a consignação dessa circunstância em ata ou declaração.

6.6. Os envelopes contendo as propostas dos participantes declarados inabilitados serão devolvidos, ainda, fechados, diretamente ou pelo correio, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

6.7. Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas, folha a folha, pelos proponentes presentes e pela Comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as exigências do Edital ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

6.8. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela Comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

7. Da Impugnação e dos Recursos Administrativos

7.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

7.2. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do edital.

7.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7.2.2. Não serão aceitas impugnações e recursos por e-mail, nem por fac-símile, assim como qualquer documento não poderá ser exibido por uma dessas formas, ou em papel de fac-símile, ainda que autenticado.

8. Das Dotações Orçamentárias

8.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente, suplementada se necessário:

06.01 – Secretaria de Serviços Urbanos

4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações

1027 – Ampliação e Melhorias Cemitério Municipal

9. Do Contrato e Sua Execução:

9.1. Encerrada a fase de julgamento, e homologada pela Prefeita Municipal, a administração convocará o vencedor para assinar o contrato, no prazo de 05 dias contado do recebimento da carta com aviso de recepção comunicando o vencedor, ou por ciência no próprio processo, ou por telegrama ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

9.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 9.1.

9.1.2. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, porém, em qualquer uma dessas hipóteses não haverá prejuízo da aplicação da pena de multa prevista no item 11.

9.2. Compete à licitante contratada a execução dos serviços pertinentes ao cumprimento do objeto contratado, inclusive a limpeza da área após a conclusão dos serviços.

9.3. A fiscalização do presente contrato caberá a Secretária da Assistência Social e ao setor de Engenharia do município, observando-se sempre as regras previstas neste edital.

9.4. A licitante não fica exonerada de suas responsabilidades, por vícios que venham a ser observados após o recebimento da obra, nos termos previstos no Código Civil e da legislação vigente, observadas as disposições constantes deste edital.

9.5. Sempre que for constatada qualquer irregularidade na execução da obra, a contratada será intimada para regularizar as deficiências apontadas, para só então, serem exigidos os pagamentos.

9.6. A Contratada deverá manter na obra o livro diário de obra, para fins de controle e lançamentos pertinentes a obra, bem como registro dos dias que restou inviável a execução do serviço.

9.7. O contrato a ser celebrado terá vigência pelo prazo adiante fixado para a entrega das obras, podendo ser prorrogado mediante plausível e fundamentada justificativa, bem como poderá sofrer os acréscimos ou supressões no limite definido na Lei 8.666/93;

9.8. À licitante não será permitida sub-empregada, obrigando-se a executar as obras atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os interesses, a segurança e o interesse público. Para serviços especializados será admitida nova contratação, desde que prévia e expressamente autorizada pelo Município de Santa Cecília do Sul.

10 Do Prazo de Início e Conclusão das Obras:

10.1. A empreitada por preço global para a execução da obra acima citada deverá obedecer rigorosamente os prazos e etapas definidos na planilha de orçamento e cronograma físico-financeiro da obra, devendo o contratado iniciar a obra num prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento da autorização para início das obras, ocasião em que deverá apresentar ART de execução de responsável técnico da obra e ser comprovada a abertura de matrícula da obra no CEI, referente ao objeto contratado, bem como efetuar o seu respectivo Registro (matrícula) junto ao INSS.

10.2. O prazo para execução da obra é de 120 (Cento e Vinte Dias) dias a contar do recebimento da autorização para o início da obra.

10.3. O atraso injustificado na execução da obra sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato e poderá ensejar, conforme o caso, a sua rescisão.

10.4. Os prazos acima definidos somente poderão ser ultrapassados por motivos justificados, ou razões de ordem administrativa.

10.5. Quando da entrega da obra, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 90 (noventa) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

10.6. Após a verificação e conseqüente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

11. Das Medições

11.1. As medições estarão vinculadas ao cronograma físico-financeiro;

11.2. A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras e serviços a se realizarem, com prevalência do interesse do órgão ou entidade promotora da licitação;

11.3. A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores superveniente o justificarem a exclusivo critério do órgão ou entidade promotora da licitação estabelecendo-se desta forma,

na programação para efeito de pagamento das medições de obras e serviços.

12. Da Forma De Pagamento

12.1 O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico financeiro, após a aprovação do responsável Técnico. (Anexo IX).

12.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal apresentada, a licitante deverá anexar Cópia do CEI (Cadastro Específico do INSS), para encerramento da obra, sendo que serão retidos 15% (Quinze por cento) do valor total da obra o qual somente será pago mediante a entrega da CND (Certidão Negativa de Débito) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais da obra junto ao INSS, o qual será pago quando da apresentação da CND relativa à conclusão da obra, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias.

12.1.2. Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelece as legislações vigentes do ISSQN e INSS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota fiscal;

12.2 O recebimento do objeto licitado, desde que atendidas às condições deste Edital e seus anexos, dar-se-á pela responsável pela fiscalização da obra, mediante aceitação formal.

12.3 Não estando em condições de recebimento, será sustado todo e qualquer pagamento que esteja pendente, e intimada à contratada para regularizar as deficiências apontadas, para só então ser regularizado o pagamento.

12.4 O termo de aceitação será expedido quando concluída a conferência, do órgão responsável pela fiscalização da obra, quando então iniciará a transcorrer o prazo de garantia fixado, conforme a lei civil.

12.5 Serão pagos somente serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem efetiva execução;

12.6 Não haverá qualquer reajustamento de preços durante a execução e o término da obra.

13. Das Penalidades

13.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a penalidade de multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

13.2 Em caso de inadimplemento a contratada estará sujeita as penalidades agora discriminadas:

a) Advertência - Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

b) Multa - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

Multa = $\left(\frac{\text{Valor do Contrato}}{\text{(Prazo máx. de entrega - em dias)}} \right) \times \text{dias de atraso}$

Multa(%) = (resultado da operação acima) x (percentual fixo)

Multa = o resultado será o valor da multa

13.3 Caso a Contratada persista no descumprimento das obrigações assumidas, ou cometa infração grave o descumprimento contratual, a administração aplicará multa correspondente a 10% do valor total adjudicado e rescindir o contrato de pleno direito, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, e mais a sanção, conforme a gravidade do ato, de suspensão do direito de licitar e contratar com o contratante pelo prazo de até 02 anos.

14. Disposições Gerais

14.1. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

14.2. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de outros documentos.

14.4. Não será aceito qualquer documento por e-mail, nem por fac-símile, assim como qualquer documento não poderá ser exibido por uma dessas formas, ou em papel de fac-símile, ainda que autenticado.

14.5. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela Comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

14.6. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, através de comissão técnica de fiscalização, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelos proponentes, neles compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes à licitação, inclusive durante o período contratual.

14.7. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os

documentos, os licitantes ou seus representantes credenciados (com apresentação de procuração, na forma prevista anteriormente) e os membros da Comissão de Licitação.

14.8. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será admitido à licitação os participantes retardatários.

14.8.1. Poderá a Comissão Permanente de Licitação, no interesse do Município e em decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes do certame qualquer recurso, determinar a suspensão dos trabalhos face à complexidade na análise dos documentos e/ou propostas apresentadas, ocasião que já deverá designar data e horário para prosseguimento, com intimação dos presentes.

14.9. O Município a qualquer tempo poderá exigir a realização de vistoria, a fim de verificar a situação dos trabalhos e dos materiais, determinando as providências que se fizerem necessárias.

14.10. Deverão obedecer as especificações do item 1, projeto básico e das normas da ABNT, sendo vedada sua modificação ou alteração, cabendo à CONTRATADA, a promoção das correções que se apresentarem necessárias, de acordo com as determinações do órgão técnico do Município, que somente aceitará a obra mediante a expedição do termo de recebimento definitivo.

14.11. Os casos omissos, bem como, as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes à licitação.

14.12. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

14.13. A empresa vencedora obriga-se a refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas, com reposição por sua conta exclusiva dos materiais necessários.

14.14. A **Contratada** assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços, bem como a terceiros, e ainda as seguintes obrigações:

I. Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite as leis sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua

regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's de segurança;

II. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou de bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

III. Fornecer e afixar em local de fácil visibilidade, durante a execução da obra, placa conforme modelo disponibilizado pelo município, no prazo de até 15 dias após a assinatura do contrato.

14.15. Os serviços de fornecimento eventualmente sub-contratados pela licitante vencedora, ficam de inteira responsabilidade desta.

14.16. Constituem-se anexos deste edital:

Anexo I - Memorial Descritivo;

Anexo II - Modelo de Proposta;

Anexo III - Modelo de Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Desistência de Prazo Recursal;

Anexo V - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7º da Constituição Federal;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Responsabilidade;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Conhecimento;

Anexo VIII - Minuta de contrato;

Anexo IX - Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo X - Planilha orçamentária Global;

Anexo XI - Certidão de Localização do Imóvel;

Anexo XII - Modelo de Atestado de Vista;

Anexo XIII - Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo XIV - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;

Anexo XV - Modelo de Credenciamento.

13.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara/RS para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Edital.

13.12. Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário das 08h00min às 11h45min, e das 13h15min às 17h30min, junto à Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul, situada na Rua Porto Alegre, 591, ou pelo telefone 54 3616-4070.

Santa Cecília do Sul - RS, 25 de maio de 2015.

Jusene Consoladora Peruzzo
Prefeita Municipal

Memorial Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: Muro de fechamento do cemitério, reforma do banheiro e construções do calçamento e queimador de velas

PROPRIETÁRIO: Município de Santa Cecília do Sul

LOCAL: Rua Porto Alegre – Santa Cecília do Sul-RS

ÁREA TOTAL: 2878,28 m²

1. Características da Obra

O fechamento do terreno será realizado através da execução de muros, e portão, conforme especificações e posições apresentadas em projeto anexo.

2. Considerações Iniciais

2.1. Objetivo

Este memorial contém as especificações de materiais e técnicas construtivas a serem empregadas na realização das melhorias do cemitério.

Fica determinado, que os materiais empregados serão de primeira qualidade, e os serviços executados com o esmero da boa técnica e com mão de obra especializada.

2.2. Verificação do Projeto

Compete a firma construtora, fazer um completo estudo do projeto e especificações fornecidas, que ao fornecer a proposta aceitará as determinações do mesmo.

Sempre que for realizada alguma etapa na obra, a empresa deverá se dirigir à Fiscalização da Prefeitura Municipal para que esta oriente à execução.

Caso a mesma constate qualquer discrepância, omissões, contrariedades às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá fazer imediata comunicação por escrito ao Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal.

2.3. Precedência de dados ou interpretações

Em caso de divergência entre cotas de desenho e suas dimensões medidas em escalas, prevalecerão sempre às primeiras. Todas as dimensões devem ser conferidas em obra antes do início dos trabalhos.

2.4. Fiscalização da Obra

A obra será fiscalizada e orientada pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal. Para que os trabalhos sejam desenvolvidos de maneira satisfatória, a empresa deve sempre comunicar as etapas a serem iniciadas para que se avalie o procedimento a ser adotado e também algum detalhe construtivo que possa ter passado despercebido.

Qualquer serviço nesta obra deve ter orientação da Fiscalização do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, e os serviços que não estiverem de acordo com a boa técnica e ou materiais especificados neste memorial, não serão aceitos, devendo a Firma executora, providenciar sob sua responsabilidade a substituição do serviço e do material.

2.5. Segurança do Trabalho

Será obrigatório o uso, no canteiro de obras, de calçado apropriado ao risco ambiental (botinas com solado resistente, botas de borracha de cano longo etc.), bem como o uso de proteção ocular adequada ao tipo de serviço. Os trabalhos que exijam proteção das mãos deve ser realizado com luvas de segurança de material adequado ao tipo de serviço. Será obrigatória a utilização de protetores respiratórios nos trabalhos que houver liberação de poeiras, e de capacete em todo o canteiro de obras.

No caso de serviços realizados acima do nível do terreno, as proteções deverão seguir as recomendações da NR-18.

3. Projetos Executivos

3.1. Projeto Arquitetônico

O projeto arquitetônico e detalhes serão fornecidos pela Prefeitura Municipal, sendo composto de pranchas e este memorial que o descreve.

Havendo necessidade de redução ou acréscimo da altura do muro no decorrer da obra poderá ser realizados modificações com suas devidas justificativas e aditivos.

3.2. Muro de pedra

O fechamento do terreno será realizado através da execução de muros, e portões, conforme especificações e posições apresentadas em projeto anexo.

A demolição do muro existente será a cargo da empresa. A escavação das valas será a cargo da prefeitura.

Terá concreto ciclópico embaixo do muro de 20 cm de altura com 30% de pedra de mão e sobre os braços de pedra. Em cima do concreto ciclópico terá 50 cm de altura de pedras duplas com 50 cm de largura no muro. E nos braços será com pedra simples.

Haverá uma cinta de amarração no topo de 25 cm x 20 cm com 4 barras de 10mm estribados com ferro de 5 mm cada 20 cm, no muro das laterais e fundos.

A alvenaria de pedra na frente será toda em pedra trabalhada com 3,00 m de altura no total com a parte enterrada, nas laterais de 1,70 m com a parte enterrada e fundos 25 1,90 m com a parte enterrada de pedras normais, todos com mais 20 cm de concreto ciclópico enterrado. Será executado pilares de pedras na frente seguindo afastamento conforme projeto.

Haverá um portão metálico em grade tubular completo com pintura de tamanho grande e mais um portão metálico em grade tubular completo com pintura de tamanho pequeno. As juntas entre as pedras deverá ter uma espessura máxima de 1,5cm. As juntas deverão ser limpas e, retirados os excessos de argamassa para ficarem à vista.

3.3. Queimador de velas

A escavação será a cargo da prefeitura para abertura das valas com acompanhamento da empresa, onde será realizado pedras simples de fundação com 50 cm de altura. A alvenaria de pedra será toda com pedras trabalhadas com juntas com espessura máxima de 1,5cm. Serão colocados tampas de basalto no topo do queimador de velas e uma pingadeira na entrada do queimador com um concreto.

3.4. Cruz

A escavação será a cargo da prefeitura para abertura das valas com acompanhamento da empresa, onde será realizado concreto ciclópico de 20 cm de altura com 30% de pedra de mão e mais pedras duplas com 80 cm de altura para a fundação. A cruz de pedra será toda com pedras trabalhadas com juntas com espessura máxima de 1,5cm.

3.5. Calçamento na frente do paver

Na frente terá calçamento em paver de 6 cm de espessura com na sua base pó de brita para o assentamento com cimento em 1% em direção a sarjeta.

3.6. Lixeiras grandes

Será colocadas lixeiras grandes de 1000 litros na calçada duas cada lado.

3.7. Reforma do banheiro

Será colocado brasilite de 6 mm em cima da laje, com rebocos nas paredes externas e na laje superior para a fixação dos brasilites, será colocado selador também na parede externa e será executada uma pintura externamente e internamente nas paredes em 2 demãos, também será pintado as esquadrias com esmalte 2 demãos com proteção de zarcão 1 demão.

Todas as superfícies que irão receber pintura devem estar secas, isentas de óleos graxas e materiais pulverulentos, as mesmas devem ser lixadas antes do início da pintura. Sempre deverá ser utilizada tinta de primeira linha.

3.8. Placa da obra

A placa será de 2,00 m de largura por 1,20m de altura de aço galvanizado, conforme modelo da prefeitura municipal.

4. Limpeza da obra

A limpeza da obra deverá ser executada com produtos e técnicas específicas para cada item da obra, mantendo o padrão de acabamento, sendo que a mesma deverá ser entregue limpa e pronta para o uso.

5. Conclusão da Obra

A conclusão da obra se dará quando a Empresa construtora tiver realizado **todos os serviços indicados por este memorial, demais projetos.**

Santa Cecília do Sul, abril de 2015.



Tainara Aimi
Engenheira Civil CREA RS 193117



Jusene Consoladora Peruzzo
Prefeita Municipal

Anexo II
Tomada de Preço nº 09/2015

Modelo de Proposta

Identificação da Proponente:

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			CEP:
Bairro:		Cidade:	Estado:
Telefone:		E-mail:	

Item	Descrição	Qtde	Un.	Material R\$	Mão de Obra R\$	Preço Total R\$
01	Muro de pedra					
	Demolição do muro existente	25,4	m ³			
	Concreto ciclópico	24,73	m ²			
	Cinta de Amarração em Concreto Armado	6,95	m ³			
	Alvenaria a vista de Pedra Trabalhada	38,35	m ²			
	Alvenaria a vista de Pedra Normal	153,52	m ²			
	Portão Metálico em Grade Tubular - Grande	12,25	m ²			
	Portão Metálico em Grade Tubular - Pequeno	3,50	m ²			
	Fundações em pedra	247,32	m ²			
	Pilares de Pedra	59,22	m ²			
02	Queimadores de Vela					
	Alvenaria a vista de Pedra Trabalhada	8,60	m ²			
	Tampa de Basalto	3,60	m ²			
	Fundação	1,50	m ²			
03	Cruz					
	Concreto Ciclópico	0,05	m ²			
	Alvenaria a vista de Pedra Trabalhada	3,15	m ²			
	Fundação	0,80	m ²			
04	Calçamento na Frente de Paver					
	Paver	449,53	m ²			

	Pó de Brita para Assentamento	22,47	m ³			
05	Lixeiras Grandes					
	Lixeiras grandes	4	um.			
06	Reforma do Banheiro					
	Brasilit 6mm	8,28	m ²			
	Reboco	25,1	m ²			
	Selador	16,82	m ²			
	Pintura Paredes de Alvenaria	36,45	m ²			
	Pintura Janelas e Porta de Ferro	3,86	m ²			
07	Placa da Obra					
	Placa da Obra Conforme Modelo	2,4	m ²			
Valor total proposto						

Valor Total: R\$ (A cotação de preços deve ser apresentada com cotação de preço unitário e total, em moeda corrente nacional, expresso em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso.)

Declara, sob as penas da lei:

a) Declaro que nesta proposta estão inclusos, ficando sob minha responsabilidade, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, serviços de entrega, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários, ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Prazo de Entrega: De acordo com as exigências constantes do edital.

Validade da Proposta: 90 (Noventa) dias.

_____, ____ de _____ de 2015.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)
(nome, RG, CPF, cargo)

Anexo III

Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração de Enquadramento ME ou EPP

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida na _____, declara, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() - **Microempresa**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() - **Empresa de Pequeno Porte**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Contador)

CRC:

(Carimbo)

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 - Habilitação)

Anexo IV
Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração de Desistência de Prazo Recursal

A empresa _____
estando ausente nesta data ao ato de abertura dos envelopes e
ciente do prazo recursal relativo à fase de habilitação (art.
109, inciso I, alínea "A" da lei federal 8.666/93), se
considerada devidamente Habilitada, vem por meio de seu
representante legal, recusá-lo para fins de procedimento
licitatório.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura e Carimbo

*(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 -
Documentação)*

Anexo V
Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração de Cumprimento ao Art. 7º Da Constituição Federal

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

E, por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2015.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(Este anexo deverá ser apresentado no envelope nº 01 - documentação)

Anexo VI
Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração De Responsabilidade

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório **(inserir modalidade e número)**, instaurado pelo Município de Santa Cecília do Sul/RS, que:

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2015.

(assinatura do representante legal da empresa)
(Carimbo do CNPJ)

Anexo VII

Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração de Conhecimento

Através do presente, a empresa _____,
CNPJ nº _____, com sede na _____ nº
_____, neste ato representada por seu representante
legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as
penas da Lei, que tem pleno conhecimento do local onde os
serviços serão executado, das condições para execução dos
serviços, inclusive quanto suas dimensões físicas e riscos,
não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento
impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito
cumprimento do contrato, bem assim, declara que terá a
disponibilidade, caso venha a vencer o certame, de todos os
meios necessários à execução do serviço ora contratado na
conformidade do Anexo I - Memorial Descritivo.

_____, _____ de _____ de 2015.

(representante legal / procurador)

Anexo VIII

Tomada de Preço nº 09/2015

Minuta do Contrato

Município de Santa Cecília do Sul, pessoa jurídica de direito público, com sede física na Rua Porto Alegre, 591, na cidade de Santa Cecília do Sul-RS, representado pelo Sra. **Jusene Consoladora Peruzzo**, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade, portadora do CPF nº 908.182.100-87, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa (.....), inscrita no CNPJ sob nº, com sede na cidade de de neste ato representada pelo sócio gerente, o senhor (.....), inscrito no CPF/MF sob nº....., doravante denominado de **CONTRATADA**,, obedecendo às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mais as normas estabelecidas no edital da **Tomada de Preço nº09/2015**, contratam o seguinte:

1. Cláusula Primeira - A **Contratada** fornecerá à **Contratante**, nos termos previstos nos anexos da Tomada de Preço acima referida, os serviços e materiais necessários para implantação de melhorias na infra-estrutura do cemitério municipal.

2. Clausula Segunda - A obra acima referida deverá ser concluída no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento da autorização para o início da obra, conforme cronograma físico-financeiro, descontados os dias de chuva e os dias subsequentes, quando certificada pela fiscalização da obra a inviabilidade de execução dos serviços, conforme anotações no Diário de Obras, sendo que o início destas fica condicionado a apresentação da ART de execução de responsável técnico da obra, vinculada a do projeto, bem como efetuar o seu respectivo Registro (matrícula) junto ao INSS.

Parágrafo Primeiro - Quando da entrega da obra, o Município emitirá Termo de Recebimento Provisório, dispondo do prazo de até 90 (noventa) dias para verificação da conformidade desta com as disposições constantes deste edital.

Parágrafo Segundo - Após a verificação e conseqüente aprovação, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

Parágrafo Terceiro - Sempre que for constatada qualquer irregularidade na execução da obra, a **Contratada** será intimada para regularizar as deficiências apontadas, para só então, serem exigidos os pagamentos.

Parágrafo Quarto - Em caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos, a **Contratada** deverá justificar as causas do não cumprimento, e corrigir no prazo de até dez dias.

Parágrafo Quinto - O prazo de garantia da obra começará a correr a partir da data de expedição do termo de aceitação da obra.

3. Clausula Terceira - Pela realização da obra identificada na cláusula primeira, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor de R\$ _____ a título de materiais e R\$ _____ a título de serviços, totalizando R\$ _____.

Parágrafo Único - Sobre os pagamentos efetuados serão procedidos nos devidos descontos legais.

4. Cláusula Quarta - O pagamento será efetuado, conforme cronograma físico financeiro, após a aprovação do setor de engenharia.

Parágrafo Primeiro - Por ocasião do pagamento será retido o valor correspondente a 15% (Quinze por cento) do valor contratado, o qual será pago quando da apresentação da CND relativa à conclusão da obra, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelece as legislações vigentes do ISSQN e INSS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização, cujos percentuais deverão ser destacados na Nota fiscal.

Parágrafo Terceiro - No caso da execução dos serviços não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste edital e no contrato, o Município poderá reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas.

Parágrafo Quarto - Serão pagos somente serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem efetiva execução.

Parágrafo Quinto - Não haverá qualquer reajustamento de preços durante a execução e o término da obra.

5. Cláusula Quinta - Sem prejuízo de plena responsabilidade da **Contratada**, todo o serviço será fiscalizado pelo Município, constantemente, aplicando o instrumental necessário à verificação da qualidade e quantidade dos serviços e materiais, não podendo a **Contratante** se negar a tal fiscalização, sob pena de incorrer em causa de rescisão de contrato.

Parágrafo Primeiro - Todas as despesas decorrentes e contratação dos serviços, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, bem como os relativos aos empregados da empresa **Contratada**, ficarão a cargo desta, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como qualquer dano ou prejuízo, porventura causados a terceiros e ao Município. No preço proposto está incluso todas as despesas de transporte, pois o

produto se considera como posto na obra, inclusive carga e descarga.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** que não satisfazer os compromissos assumidos, será aplicado às seguintes penalidades:

I - Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

II - Multa: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

$$\text{Multa} = \frac{(\text{Valor do Contrato})}{(\text{Prazo máx. de entrega} - \text{em dias})} \times \text{dias de atraso}$$
$$\text{Multa}(\%) = (\text{resultado da operação acima}) \times (\text{percentual fixo})$$

Multa = o resultado será o valor da multa

III - Caso a **Contratada** persista no descumprimento das obrigações assumidas, ou, seja considerada como infração grave o descumprimento contratual, a administração aplicará multa correspondente a 10% do valor total adjudicado e rescindir o contrato de pleno direito, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais;

IV - Em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, e inclusive de suspensão do direito de licitar e contratar com o **Contratante** pelo prazo de até 02 anos, cumulativamente a sanção prevista no inciso III;

V - Rescisão do contrato pelos motivos consignados no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações, no que couber, mais multa de 10% do valor do contrato.

Parágrafo Terceiro - A administração poderá sustar, liminarmente, a execução dos serviços, se constatar desconformidade na execução ou na qualidade dos materiais.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de aplicação de multa fica assegurado ao **Município** o direito de optar pela dedução correspondente sobre qualquer pagamento a ser efetuado a **Contratada**.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

6. Cláusula Sexta - A **Contratada** assume a responsabilidade de manter regularmente os serviços, a fim de que não sejam interrompidos os mesmos, sob pena de pagar 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato ao **Contratante**.

7. Cláusula Sétima - É de inteira responsabilidade da **Contratada** a cobertura por eventuais danos decorrentes de furto ou roubo, caso fortuito ou força maior, atos dolosos ou culposos ocorridos por ato de seus funcionários ou terceiros por ela contratada.

8. Cláusula Oitava - As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria de Serviços Urbanos

4490.51.00.00.00 - Obras e Instalações

1027 - Ampliação e Melhorias Cemitério Municipal

9. Cláusula Nona - A **Contratada** assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. Cláusula Décima - A **Contratada** reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

11. Cláusula Décima Primeira - A **Contratada** deverá manter no canteiro de obras livro diário, para as anotações das principais ocorrências, inclusive no tocante as correções e encaminhamento dado pelo engenheiro responsável da empresa e pelo setor de fiscalização desta municipalidade. O livro diário será considerado para fins de eventuais prorrogações, em decorrência da interrupção dos serviços por dias chuvosos.

12. Cláusula Décima Segunda - O início da prestação de serviço e materiais se dará na assinatura do contrato.

13. Cláusula Décima Terceira - Constituem motivo para rescisão do contrato, as previstas no art. 78, 79 e 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

14. Cláusula Décima Quarta - A **Contratada** fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora, bem como aos termos do edital.

15. Cláusula Décima Quinta - O presente contrato, juntamente com os termos do edital, forma um instrumento único e indivisível, e aqui se tem como reproduzidas todas as disposições lá constantes e obrigam igualmente os aqui contratantes.

16. Cláusula Décima Sexta - Ficará como responsável técnico desta obra o engenheiro _____, tanto quanto a qualidade e quantidade dos serviços e materiais, como pela segurança e solidez da obra.

17. Cláusula Décima Sétima - O Setor de Engenharia do município acompanhará, nos termos do art. 67 e seus parágrafos da Lei Federal n. 8.666/93, a execução do presente contrato, emitindo pareceres e procedendo a fiscalização da execução da mesma, além de anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, sendo desta a emissão do documento formal de recebimento definitivo da mesma.

18. Cláusula Décima Oitava - Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei Federal nº 8666/93.

19. Cláusula Décima Nona - O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS.

Assim, após lido na presença do **Contratante** e **Contratada**, assinaram o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, em duas vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.

Santa Cecília do Sul, ____ de _____ de 2015.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Anexo IX
Tomada de Preço nº 09/2015

Cronograma Físico-Financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO													
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso %	Valor das Obras e Serviços		MESES									
		R\$	R\$	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$
Item/ Descrição													
1. MURO DE PEDRA	84,83	167634,62		25,00	41908,65	25	41908,65	41908,65	25	41908,65	25	41908,65	41908,65
2. QUEIMADOR DE VELAS	2,44	4815,00		50,00	2407,50	50	2407,50	0,00		0,00		0,00	0,00
3. CRUZ	0,71	1401,09			0,00		0,00	1401,09	100	1401,09		0,00	0,00
4. CALÇAMENTO NA FRENTE DE PAVER	9,03	17840,44			0,00		0,00	8920,22	50	8920,22	50	8920,22	8920,22
5. LIXEIRAS GRANDES	2,02	4000,00			0,00		0,00	0,00		0,00	100	4000,00	4000,00
6. REFORMA DO BANHEIRO	0,63	1247,28			0,00		0,00	0,00		0,00	100	1247,28	1247,28
7. PLACA DA OBRA	0,34	668,40		100,00	668,40								
SIMPLES				22,765	44984,55	22,43	44316,15	52229,96	26,43	52229,96	28,38	56076,16	56076,16
ACUMULADO	100,00	197606,83		22,765	44984,55	45,191	89300,71	141530,67	71,622	141530,67	100,000	197606,83	197606,83
TOTAL													

Santa Cecília do Sul, 24 de ABRIL de 2015.

Juliane Consolador
Prefeita Municipal
Município de Santa Cecília do Sul

Tainara Almi
Eng. Civil Tainara Almi
CREARS-193117

Anexo X
Tomada de Preço nº 09/2015

Planilha de Orçamento Global

PLANILHA DE ORÇAMENTO GLOBAL

Obra: Muro de fechamento do cemitério, calçamento e queimador de velas Endereço: Rua Porto Alegre
Cliente: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL Cidade: Santa Cecília do Sul/RS

Item/ Descrição	SINAPE/ MERCADO	Qtd.	Unid.	Preço Unitário/ Preço Total		Total (BDI = 25%)
				Material	Mão-de-obra	
1. MURO DE PEDRA						
1.1 DEMOLIÇÃO DO MURO EXISTENTE	73899/001	25,40	m³	0	53,91	1711,64
1.2 ESCAVAÇÃO DE SOLO (60X60 NO MURO E 125X25X60 NOS BRAÇOS) A CARGO DA PREFEITURA			m³	0	0	0,00
1.3 CONCRETO CICLÓPICO (50X20 NO MURO E 125X20X25 NOS BRAÇOS)	73361	24,73	m³	158,70	158,70	9811,63
1.4 CINTA DE AMARRAÇÃO EM CONCRETO ARMADO (25X20 NAS LATERAIS E FUNDOS)	73346	6,95	m³	3924,65	3924,65	14784,47
1.5 ALVENARIA A VISTA DE PEDRA TRABALHADA - FRENTE DE 20 X 46 CM	MERCADO	38,35	m²	850,91	850,91	14381,25
1.6 ALVENARIA A VISTA DE PEDRA NORMAL - FUNDOS E LATERAIS DE 25 X 50 CM	MERCADO	153,52	m²	5913,79	5913,79	38380,00
1.7 PORTÃO METÁLICO EM GRADE TUBULAR COMPLETO C/ PINTURA GRANDE	MERCADO	12,25	m²	150,00	150,00	3521,88
1.8 PORTÃO METÁLICO EM GRADE TUBULAR COMPLETO C/ PINTURA PEQUENO	MERCADO	3,50	m²	5752,50	5752,50	1006,25
1.9 FUNDAÇÕES EM PEDRA DE 50 CM DE ALTURA POR 50 CM DE ESPESSURA NO MURO E NOS BRAÇOS 50 DE ALURA POR 25 DE LARGURA	MERCADO	247,32	m²	100,00	100,00	61830,00
1.10 PILARES DE PEDRA 42 X42 CM TRABALHADA	MERCADO	59,22	m²	24732,00	24732,00	22207,50
Total de MURO DE PEDRA				8883,00	8883,00	167634,62
2. QUEIMADOR DE VELAS						
2.1 ESCAVAÇÃO DE SOLO 60 X60 CM A CARGO DA PREFEITURA			m³	0	0	0,00
2.2 ALVENARIA A VISTA DE PEDRA TRABALHADA DE 20 X 46 CM	MERCADO	8,60	m²	150,00	150,00	3225,00
2.3 TAMPA DE BASALTO DE 2 CM ESPESSURA NO TOPO E UMA PINGADEIRA	MERCADO	3,60	m²	1290,00	1290,00	1215,00
2.4 FUNDAÇÃO 50 CM DE ALTURA SIMPLES DE PEDRA NORMAL	MERCADO	1,50	m²	135,00	135,00	375,00
Total de QUEIMADOR DE VELAS				150,00	150,00	4815,00
3. CRUZ						
3.1 ESCAVAÇÃO DE SOLO DE 100 X50 CM A CARGO DA PREFEITURA			m³	0	0	0,00
3.2 CONCRETO CICLÓPICO DE 20 X 50 CM	73361	0,05	m³	158,70	158,70	19,84
3.3 ALVENARIA A VISTA DE PEDRA TRABALHADA	MERCADO	3,15	m²	7,94	7,94	1181,25
3.4 FUNDAÇÃO 80 CM DE PEDRA NORMAL	MERCADO	0,80	m²	150,00	150,00	200,00
Total de CRUZ				80,00	80,00	1401,09
4. CALÇAMENTO NA FRENTE DE PAVER						
4.1 PAVER DE 6 CM DE ESPESSURA	MERCADO	449,53	m²	20	10	16857,375
4.2 PÓ DE BRITA PARA ASSENTAMENTO	MERCADO	22,47	m³	8990,6	4495,3	983,06
Total de CALÇAMENTO NA FRENTE DE PAVER				674,10	112,35	17840,44
5. LIXEIRAS GRANDES						
5.1 LIXEIRAS GRANDES DE 1000 LITROS (1,33M DE ALTURA X 1,36M DE LARGURA X 1,09M DE PROFUNDIDADE)	MERCADO	4,00	UNID	500	300	4000
Total de LIXEIRAS GRANDES				2000	1200	4000,00
6. REFORMA DO BANHEIRO						
6.1 BRASILETE 6MM EM CIMA DA LAJE	74088/001	8,28	m²	13,52	13,52	279,86
6.2 REBOCO DAS PAREDES EXTERNAS E LAJE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO DOS BRASILETES	75481	25,10	m²	111,95	111,95	430,78
6.3 SELADOR NA PAREDE EXTERNA	88415	16,82	m²	6,87	6,87	35,74
6.4 PINTURA das paredes de ALVENARIA EXTERNAMENTE E INTERNAMENTE 2 DEMAO	88489	36,45	m²	172,31	172,31	369,511875
6.5 PINTURA com esmalte 2 demaos DAS JANELAS E PORTAS DE FERRO com proteção com zinco 1 demao	6067	3,86	m²	0,85	0,85	131,38475
Total de REFORMA DO BANHEIRO				14,30	14,30	1247,28
7. PLACA DA OBRA						
7.1 PLACA DA OBRA CONFORME MODELO DA PREFEITURA DE 2,00M X 1,20M DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	74209/001	2,40	m²	4,06	4,06	668,40
7. PLACA DA OBRA				267,36	267,36	
TOTAL						197606,83

Tainara Lima

Anexo XI
Tomada de Preço nº 09/2015

Certidão de Localização do Imóvel

CERTIDÃO

 **Ofício de Registro de Imóveis**
Comarca de Tapejara - RS
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Fls. 1 Matrícula 18.541

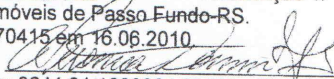
Tapejara, 16 de junho de 2010

MATRÍCULA

IMÓVEL: UM LOTE URBANO, constante de parte do lote nº 12, com 50 metros de frente por 50 metros de fundos, com a área superficial de 2.500,00-m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), situado na cidade de Santa Cecília do Sul-RS, que confronta: Frente com a Rua Porto Alegre, e por todos os outros lados, com terras de José Grando.

PROPRIETÁRIA: MITRA DIOCESANA DE PASSO FUNDO, entidade religiosa, inscrita no CNPJ 92.027.192/0001-48, com sede na Rua Coronel Chicuta, 454, na cidade de Passo Fundo-RS.

REGISTRO ANTERIOR: Transcrição nº 10301, do Livro 3-L, do Serviço de Registro de Imóveis de Passo Fundo-RS. Protocolo nº 70415 em 16.06.2010.

Registradora:  Veronica Domingues
R\$13,70. Selo: 0644.01.1000004.03538 - NIHIL. 0644.02.0800002.04365 - NIHIL. RD
Av. 1-18541 em 16.06.2010. Protoc. 70416.

RETIFICAÇÃO. Nos termos do requerimento da proprietária Mitra Diocesana de Passo Fundo, datado de 07 de junho de 2010, instruído com: a) Planta, devidamente assinada pelos confrontantes e pelo profissional habilitado Sr. Emerson Rampazzo, CREA RS 112.488-D; b) Memorial Descritivo; e, c) Guia da ART nº 5185135, fica retificada a área do imóvel objeto da presente matrícula, para 2.413,00-m², com fundamento no artigo 213, inciso II, da Lei 6.015/73, passando a ter a seguinte descrição atualizada: UM LOTE URBANO, sob nº 101, na quadra nº 100, de forma irregular, sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Porto Alegre, distante 45,80 metros da esquina com o prolongamento da Rua Garibaldi, com a área superficial de 2.413,00-m² (dois mil quatrocentos e treze metros quadrados), quarteirão não determinado, na cidade de Santa Cecília do Sul-RS, confrontando e medindo: ao **NORDESTE**, em 72,70 metros com a Rua Porto Alegre; ao **SUDESTE**, em 32,90 metros, com terras de Altério Panisson; ao **SUDOESTE**, em 72,60 metros, com terras de Altério Panisson; e, ao **NOROESTE**, em 33,50 metros com terras de Altério Panisson. Dou fé. **Emolumentos:** R\$67,70. Selo: 0644.01.1000004.03539 - NIHIL. 0644.04.0800002.04650 - NIHIL. Registradora:  Veronica Domingues RD
R.2-18541 em 24.05.2011. Protoc. 74008 em 23.05.2011

DOAÇÃO. A área de 2.413,00-m². **DOADORA:** MITRA DIOCESANA DE PASSO FUNDO, anteriormente já qualificada. **DONATÁRIO:** MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO SUL-RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 04.215.090/0001-99, com sua sede administrativa (Prefeitura Municipal), situada na Rua Porto Alegre, s/nº, na cidade de Santa Cecília do Sul/RS. **VALOR:** R\$.37.500,00. **CONDIÇÕES:** O imóvel doado destina-se a manutenção e regularização do cemitério municipal, conforme Lei Municipal nº 466/10, de 09.11.2010. **FORMA:** Escritura Pública de Doação, lavrada no Livro nº 122, fls. 025 e 026, sob nº 16.831, no Tabelionato desta cidade, em 14 de abril de 2011. **Emolumentos:** R\$216,20. Selo: 0644.01.1000004.50194 - NIHIL; 0644.06.0800002.04207 - NIHIL.

Continua na próxima página

(Continua no Verso)

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
VERONICA DOMINGUES
Registradora
GELSO JOSÉ FELINI
WAGNER LAUERMANN
Bel. **FABIO CAVICHIOLI**
Substitutos
Tapejara-RS

Continuação da página anterior



Ofício de Registro de Imóveis

Comarca de Tapejara - RS

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

Fls.

1v

Matrícula

18.541

Registradora:

Veronica Domingues

RD

MATRÍCULA



(Continua na folha Nº _____)

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente fotocópia é autêntica da original em meu poder, nos termos do art. 19-1º, da lei 6.015, de 31/12/73. Dou fé.

Tapejara, 27 de abril de 2015.

Wagner Lauermann - Registrador Substituto
Emol: Certidão 2 páginas: R\$10,10 (0644.02.1200005.06585 - NIHIL)
Busca em livros e arquivos: R\$7,00 (0644.01.1400002.20479 - NIHIL)
Processamento eletrônico de dados: R\$3,60 (0644.01.1400002.20480 - NIHIL)

**CARTÓRIO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS**

VERONICA DOMINGUES
Registradora

GELSO JOSÉ FELINI
WAGNER LAUERMANN
Bel. FABIO CAVICHIOLI
Substitutos

Tapejara-RS

Anexo XII
Tomada de Preço nº 09/2015

Modelo de Atestado de Vistoria

Atestamos, para os devidos fins, nos termos da Tomada de Preço nº 09/2015, que a Empresa localizada na Rua..... na cidade de, inscrita no CNPJ sob nº..... procedeu na vistoria do local onde será executada a obra, objeto da licitação acima identificada, em ____ de ____ de 2015.

Nessa visita à empresa, por meio de seu representante técnico, o (a) Sr. (a) registrado no CREA sob nº..... tomou ciência das condições atuais do terreno, suas instalações, das obras e serviços a serem realizados.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do representante técnico da empresa licitante

Assinatura do representante técnico da Prefeitura

(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope nº 01 - Documentação)

Anexo XIII

Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração de Idoneidade

A empresa **(Razão Social da Licitante)**, CNPJ nº **(número)**, sediada na Rua _____, nº _____, **(Bairro/Cidade)**, através de seu Diretor ou Representante Legal, **(Nome/RG)**, declara, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea ou suspensa de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ 2015.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo XIV
Tomada de Preço nº 09/2015

Declaração De Responsabilidade Técnica

_____, (nome completo),
portador da carteira de identidade profissional nº.
_____, emitido pelo _____, domiciliado
_____, com telefone para contato
nº _____, responsável técnico pela empresa
_____ estabelecida na cidade de
_____ no endereço _____, declara,
sob as penas da legislação civil e criminal vigentes,
responsabilizando-se em fazer cumprir todos os procedimentos
pelos serviços prestados, em conformidade com todas as
condições e exigências estabelecidas no Memorial Descritivos,
Planilhas, Projetos, Edital e seus Anexos.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Responsável legal

(Este anexo deverá ser apresentado no envelope nº 01 -
documentação)

Anexo XV
Tomada de Preço nº 09/2015

Modelo de Credenciamento

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, através do presente, credencia o(a) Sr(a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Santa Cecília do Sul, na modalidade de Tomada de Preço nº 09/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2015.

Representante Legal (Firma Reconhecida)

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes)